



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

#### **ATA N.º 2/2015**

Aos vinte e três dias do mês de março, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros Octávio Manuel Borges Cabral, Adriana Martins Falcão Rebelo e José Fernando Medeiros Costa, que justificaram as ausências.

Em representação da Câmara Municipal, participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, Fernando Jorge Ventura Moniz, José Duarte Barbosa Cabecinha, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início à primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal, saudou todos os presentes e declarou aberta a sessão.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

### **PONTO N.º 1 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2014:**

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2014, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 9.589.844,25 (nove milhões quinhentos e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos) e de € 522.769,40 (quinhentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 209.186,48 (duzentos e nove mil cento e oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 10.321.800,13 (dez milhões trezentos e vinte e um mil oitocentos euros e treze cêntimos). A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 9.558.037,67 (nove milhões quinhentos e cinquenta e oito mil trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 513.882,33 (quinhentos e treze mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e três cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 247.880,13 (duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta euros e treze cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontram-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção de 18 de agosto do Tribunal de Contas.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu que contrariamente aos anos anteriores, não faria nenhuma declaração política relativamente à prestação de contas. Entendia que os documentos espelhavam, de forma clara, as contas que, no fundo, tinham sido o desempenho do município, durante o ano de 2014. Assim, encontrava-se à disposição para prestar qualquer esclarecimento que entendessem ser necessário.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Rui Meneses que informou que, após análise aos documentos existiam alguns dados que mereciam ser comentados, Assim, referiu que existia uma prestação de serviços com valor bastante elevado em relação ao ano anterior (cerca de meio milhão de euros).

Na rubrica gasta com pessoal, entendia que o valor apresentado, de cerca de cem mil euros, era pouco face à integração do pessoal da Empresa Municipal de Lagoa no município. Supostamente, como existia um acréscimo de pessoal o valor deveria ser superior. Sublinhou, ainda, que nas prestações sociais tinha verificado um aumento de duzentos mil euros.

Em sua opinião, parecia-lhe que algo não estava correto, até porque o Revisor Oficial de Contas tinha referido no seu parecer que “Os gastos e rendimentos associados à internalização das atividades da EML estão refletidos nas demonstrações financeiras do município, não obstante, nem todos os ativos e passivos que os originam tenham sido transferidos para o município”, o que iria, de certa forma, ao encontro da análise que tinha feito aos documentos.

Contudo, quanto ao resultado, era, de facto, excelente e, como tal, não tinha qualquer crítica a apontar.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, em relação às questões colocadas pelo Deputado Municipal Rui Meneses, informou que a Empresa Municipal de Lagoa estava em processo de liquidação e a internalização quer dos serviços, quer do pessoal tinha ocorrido com sucesso em 2014, esclarecendo que não tinha havido qualquer acréscimo de custos significativos.

Relativamente à prestação de serviço, em que se tinha verificado um maior aumento, devia-se ao pessoal que prestava apoio ao Aquafit e ao Complexo Municipal de Piscinas, designadamente professores, sendo que a verba das prestações sociais devia-se aos programas de empregabilidade, nomeadamente ao pagamento da Segurança Social dos mesmos trabalhadores, ocupados ao abrigo do Recuperar e do Prosa.

Informou, ainda, que o património e o passivo ainda pertenciam à Empresa Municipal de Lagoa, mas que, durante o decurso daquele ano, passaria para a Câmara Municipal.

De seguida, usou da palavra a senhora Vereadora Elisabete Tavares, que esclareceu que as prestações de serviço no ano de 2013 eram lançadas pela Câmara Municipal na rubrica “Custos com Pessoal”. Em 2014 aquela situação fora corrigida, atendendo a que eram prestações de serviços a recibos verdes, reclassificando-as na rubrica correta.

O Deputado Municipal Rui Meneses afirmou que, ao referir-se ao aumento de custos com pessoal, estava a referir-se pela negativa, pois achava que cem mil euros era um valor irrisório para fazer face à internalização do pessoal oriundo da Empresa Municipal.

De seguida, informou que, face ao alerta do Revisor Oficial de Contas, e por não estarem dentro do assunto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iria abster-se, até porque estavam refletidas as prestações de serviço da Empresa Municipal, quando entendiam que não deveriam estar, porque ainda existia a referida Empresa Municipal e a prova, de tal facto, era a aprovação do empréstimo constante do ponto dois da agenda de trabalhos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que apenas existia o património e o passivo em nome da Empresa Municipal, todo o resto já pertencia à Câmara Municipal, tendo feito parte do respetivo processo de internalização, que tinha sido aprovado.

O Deputado Municipal Rui Meneses julgou que aquele processo não era assim tão simples, pois enquanto todas as receitas faziam parte das contas apresentadas, os custos não se encontravam todos refletidos, tendo o senhor Presidente esclarecido que só não estavam os encargos financeiros.

A senhora Vereadora Elisabete Tavares esclareceu que o parecer do Revisor Oficial de Contas, apenas, referia a parte do imobilizado, o que queria dizer que existiam despesas com património que eram da Empresa Municipal, que não estava internalizado na Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o património não era municipal, embora o município fosse dono de 100% da Empresa Municipal de Lagoa. Estavam a imputar nas contas do município os encargos com aquele imobilizado que não pertencia ao património municipal, nomeadamente a manutenção do Aquafit, combustível para as viaturas, habitações sociais, entre outros.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2014 sido apreciados e votados, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis e Jorge França, dos vinte e três membros presentes, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 9.670.302,25 (nove milhões seiscientos e setenta mil trezentos e dois euros e vinte e cinco cêntimos) e de despesa € 9.558.037,67 (nove milhões quinhentos e cinquenta e oito mil trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), acusando um saldo de € 112.265,27 (cento e doze mil duzentos e sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 522.769,40 (quinhentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos) e com o saldo de € 128.727,79 (cento e vinte e oito mil setecentos e vinte e sete euros e setenta e nove cêntimos) perfaz a quantia de € 651.497,19 (seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos noventa e sete euros e dezanove cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 515.882,33 (quinhentos e quinze mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e três cêntimos), apresentando um saldo de € 135.614,86 (cento e trinta e cinco

mil seiscentos e catorze euros e oitenta e seis cêntimos) e acusando um saldo de execução orçamental de € 112.265,27 (cento e doze mil duzentos e sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis e Jorge França, dos vinte e três membros presentes

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2014, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Refere, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 659.054,72 (seiscentos e cinquenta e nove mil cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 32.952,74

Reservas Livres: € 626.101,98

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis e Jorge França, dos vinte e três membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2014, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

## **PONTO N.º 2 – AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE REFINANCIAMENTO A MÉDIO E LONGO PRAZO – EML, EM LIQUIDAÇÃO:**

Foi presente à Assembleia Municipal o ofício n.º 28 datado de 10 de março do corrente ano emanado pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, EM, em liquidação, cujo teor abaixo se transcreve:

“No sentido de dar seguimento ao plano de liquidação da EML e deste modo dar forma ao projecto de partilha do seu património que se pretende atempadamente submeter à aprovação do município de Lagoa, vimos por este meio, nos termos da alínea h) do artigo 23º dos estatutos da empresa, solicitar a vossa autorização para a realização de um empréstimo de refinanciamento.

A pretensão suporta-se na convicção deste órgão, evidenciada pela factualidade do mercado, de que é possível a redução dos encargos inerentes ao serviço da dívida subjacente ao empréstimo em causa. O timing da presente operação, que implica que seja liderada (ainda) pela EML, prende-se com as limitações impostas pelo novo regime financeiro das autarquias locais, estatuído pela lei 73/2013, ao qual o município da Lagoa obriga-se em primeira instância.

Esta comissão, com vista à elaboração do projecto de partilha patrimonial, e em relação aos seus contratos de financiamento de médio e longo prazo, remeteu à banca carta a solicitar quer a cessão da posição contratual da EML para a CML quer a revisão do spread aplicado, mantendo-se as restantes condições de montante e de prazo inalteradas. Desde logo, foram auscultadas as duas instituições com as quais esta empresa mantém contratos – o BCP e a CGD. Por um lado, a CGD concordou com a revisão do spread propondo um valor de 2,375% bem como valores de comissionamento mais baixos. Por outro lado, o BCP propôs um spread de 4,5%, um indexante diferente do inicial e um agravamento dos valores de comissionamento. Deste modo, a poupança subjacente à propostado BCP, até ao final do contrato, estimar-se-ia em cerca de 160.000,00 euros, sendo certo que no mercado aberto e concorrencial esta poupança poderá, no mínimo, ser duplicada. Para o efeito, propomos a abertura de procedimento de consulta para a realização de empréstimo de refinanciamento que posteriormente, e no âmbito do processo de liquidação com a internalização, será assumido pela CML.

As variáveis do empréstimo de refinanciamento serão idênticas às do empréstimo actualmente em vigor (BCP Nº 179405391) contraído para financiar a Construção da Pousada de Juventude de Lagoa, resumindo-se da seguinte forma:

- i) Montante em dívida à data de 09/04/2015 – 1.368.412,62 euros (montante que decresce mensalmente)
- ii) Penalização por liquidação antecipada – 17.105,16 euros (variável consoante o valor apresentado em i))
- iii) Montante Acumulado – 1.385.517,78 euros (montante máximo pelo ritmo mensal decrescente)
- iv) Prazo – até 09/09/2034 (prazo do contrato inicial).

Atendendo à natureza e urgência do assunto, pelos timings inerentes ao processo de liquidação desta empresa, solicita-se, da vossa parte, com a maior brevidade possível, autorização para a operação pretendida.”

Sobre o documento apresentado foi pelo senhor Presidente elaborada a seguinte proposta:

“Considerando que a constante preocupação e postura no sentido da redução da despesa pública reveste-se de elevada importância e assume-se como prioritária;

Considerando as limitações que decorrem do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, definido pela lei 73/2013 de 3 de Setembro;

Considerando ainda os timings estabelecidos para a liquidação da empresa municipal de Lagoa tendo em conta os pressupostos da sua internalização neste município;

Considerando ainda a manutenção das variáveis inerentes ao contrato de financiamento, nomeadamente em matéria de montante e de prazo da dívida, assumindo-se como altamente razoável a penalização pela liquidação antecipada quando comparada com a poupança potencial previsível;

Propõe-se o deferimento do pedido de autorização submetido pela EML - parte integrante deste despacho - para a realização de um empréstimo de refinanciamento nos termos e montantes propostos.

Nos termos estatuídos delibere-se propor à Assembleia Municipal a realização da operação proposta.”

Sobre o assunto, o Deputado Municipal Rui Meneses referiu que, atendendo que o refinanciamento do referido empréstimo era no sentido de melhorar as finanças da autarquia, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iria votar favoravelmente o mesmo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

**1.º** Deferir o pedido de autorização submetido pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, EM, em liquidação, para a realização de um empréstimo de refinanciamento nos termos e montantes propostos;

**2.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 3 – PROPOSTA – CONTRATO DE RENTING DE VIATURAS:**

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal, para conhecimento, a seguinte proposta referente a contratos de renting para aluguer de duas viaturas:

“Considerando que a frota automóvel do município não se encontra nas melhores condições, necessitando de novas viaturas para o adequado funcionamento dos serviços camarários;  
Considerando que duas das viaturas são antigas e têm necessidade de reparações com custos elevados;

Considerando ainda que o tipo de viaturas proposto garante maior versatilidade no apoio aos equipamentos municipais, zonas balneares, apoio a eventos e às instituições do concelho;

Considerando que o renting é a opção mais económica e com menor risco, em que renting de automóveis é um contrato de aluguer de longa duração, pelo qual, a entidade paga uma renda fixa periódica e tem direito à total utilização do veículo escolhido, sem se preocupar com todos os custos associados à sua exploração;

Considerando que a Assembleia Municipal em sua sessão de 11 de novembro do ano findo autorizou a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal desde que abranja os encargos não previstos no PPI, que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

Proponho a celebração de contratos de renting com a empresa 296-Automóveis SA, para o aluguer de duas viaturas, nas seguintes condições:

- Renting de duas viaturas da marca Peugeot, modelo Partner Base Pro 1.6 HDi de 75 cv, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 327,99€ com IVA incluído, para cada uma das viaturas.

Deverá ser dado conhecimento dos referidos contratos de renting à Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – CONTRATO DE RENTING DE VIATURAS TIPO PICK-UP:**

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal, para conhecimento, a seguinte proposta referente a contratos de renting para aluguer de duas viaturas, tipo pick-up:

“Considerando que a frota automóvel do município não se encontra nas melhores condições, necessitando de novas viaturas para o adequado funcionamento dos serviços camarários;  
Considerando a necessidade da aquisição de duas viaturas tipo pick-up, em virtude do aumento das equipas de pessoal operacional e de modo a garantir o transporte para as diversas frentes de trabalho;



Considerando que haverá uma maior rentabilidade das equipas;

Considerando que haverá uma redução dos custos de transportes que é feito atualmente com viaturas maiores;

Considerando que o renting é a opção mais económica e com menor risco, em que renting de automóveis é um contrato de aluguer de longa duração, pelo qual, a entidade paga uma renda fixa periódica e tem direito à total utilização do veículo escolhido, sem se preocupar com todos os custos associados à sua exploração;

Considerando que a Assembleia Municipal em sua sessão de 11 de novembro do ano findo autorizou a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal desde que abranja os encargos não previstos no PPI, que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

Proponho a celebração de contratos de renting com a empresa Auto Êlgê – Comércio e Representação de Automóveis Lda, para o aluguer de duas viaturas, nas seguintes condições:

- Renting de duas viaturas da marca Nissan, modelo Navara 2.5 dCi de 144 cv, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 568,24€ com IVA incluído, para cada uma das viaturas;

Deverá ser dado conhecimento dos referidos contratos de renting à Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PONTO N.º 5 – COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:**

Foi presente à Assembleia Municipal a comunicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, face à cessação de funções, e cujo teor abaixo se transcreve:

“Conforme já foi tornado público recebi um honroso convite do Dr. Vasco Cordeiro, Presidente do Governo dos Açores, para presidir ao Conselho da Administração da Atlânticoline, S.A..

A Atlânticoline é a empresa regional de prestação do serviço de transporte marítimo de pessoas, veículos e mercadorias e da promoção do desenvolvimento económico e social da Região e do intercâmbio entre as diversas ilhas do arquipélago.

Depois de ponderar muito decidi aceitar este novo e grande desafio de âmbito regional.

Aceitei o convite por várias razões, de entre as quais destaco apenas uma:

Por estar convicto que o projeto de desenvolvimento que a minha candidatura idealizou para a Lagoa não está posto em causa com a presidência da Dr.<sup>a</sup> Cristina Calisto Decq Mota.

Por isso, hoje tem lugar a última reunião de Câmara em que participo como presidente de câmara e, como tal, apraz-me registar alguns agradecimentos que considero importantes e oportunos.

A atividade da Câmara Municipal de Lagoa, nestes últimos 10 anos, foi condicionada por uma série de acontecimentos que concorreram para o clima de austeridade que o país atravessa, os quais tiveram impacto direto na gestão municipal. Todavia, tenho a consciência de que, nestes últimos 10 anos, fiz e dei o meu melhor pelos Lagoenses e pelo concelho. Todos temos a percepção das dificuldades que muitas famílias e empresas atravessam, contudo, é hoje inegável que, passados 10 anos, a Lagoa é um concelho mais moderno, mais desenvolvido e mais atrativo.

Apesar das diferentes ideologias e pontos de vista, sempre procurei cultivar uma boa relação com os diferentes vereadores da oposição, respeitando a opinião de cada um. É verdade que nem sempre estivemos de acordo e que em algumas vezes se geraram algumas tensões, contudo é inegável o esforço que fizemos em várias matérias para que fossem gerados consensos, sempre a favor das pessoas e do desenvolvimento do nosso concelho.

Quero por isso, com profunda e sincera satisfação reconhecer o trabalho sério e empenhado, realizado nestes 10 anos pelos senhores vereadores eleitos pelo PSD.

Destaco, pela positiva, o trabalho desenvolvido neste mandato pelo vereador José Cabecinha, que coloca, evidentemente os interesses do concelho acima dos interesses partidários.

Ser vereador não executivo da maioria, sem retirar qualquer responsabilidade ao exercício das suas funções, naturalmente que é uma intervenção política diferente de ser vereador da oposição, o que é perfeitamente compreensível. Agradeço por isso a colaboração e empenho demonstrados por todos os senhores vereadores com funções não executivas.

Agradeço ainda a todos os vereadores do executivo que sempre procuraram executar as suas tarefas com grande profissionalismo, responsabilidade e exigência. Por via do cumprimento das suas competências e da lei, nem sempre foram compreendidos pelos munícipes, mas isso não retira, em nada, os seus valores e os seus princípios.

Quero também agradecer, de forma muito reconhecida, aos presidentes da assembleia municipal e aos deputados municipais com quem trabalhei. Da minha parte e decorridos mais de 10 anos de convivência e trabalho conjunto, posso afirmar com toda a convicção que foi um trabalho que se desenvolveu sempre com grande respeito e entrega. Muitas vezes fomos cúmplices nas ideias e decisões, outras vezes divergimos, mas através do diálogo, sempre conseguimos chegar a consensos, onde o bem-estar dos lagoenses foi sempre a nossa prioridade.

Um reconhecimento devido e merecido aos presidentes de junta de freguesia e demais autarcas de freguesia. Com a vossa simpatia, simplicidade, humildade, grande dedicação, alguma irreverência e muito otimismo, sempre preconizaram a essência do Poder Local, cooperando

como parceiros ativos da Câmara Municipal, para que o desenvolvimento e transformação fossem possíveis nas nossas freguesias.

Tenho a firme convicção que, quer eu, que termino as minhas funções, quer os que continuam neste órgão executivo e na assembleia municipal fazem-no de consciência tranquila, porque sempre procuraram executar as suas tarefas com responsabilidade e respeito, contribuindo desta forma para a valorização da classe política.

Já repeti vezes sem conta que a Lagoa sem as suas instituições seria um concelho mais pobre. É por isso justo e merecido reconhecer, neste momento, todas as instituições que ao longo deste 10 anos com grande dedicação se empenharam por uma causa comum e me ajudaram a desenvolver e a promover a Lagoa.

Um agradecimento justo e reconhecido ao Conselho de Administração da EML pelo trabalho desenvolvido a favor da qualidade de vida dos lagoenses e do desenvolvimento do concelho.

É meu dever também agradecer a todos os funcionários deste município pelo profissionalismo e trato que me prestaram durante estes últimos 10 anos.

Agradeço de forma especial ao Encarregado Geral, Duarte Oliveira, pelo seu empenho, lealdade e disponibilidade permanente no cumprimento das suas tarefas exigentes.

Agradeço de forma particular à Silvina Rocha, à Dr.<sup>a</sup> Estrela Aguiar e à Dr.<sup>a</sup> Clara Ganhão pela dedicação e empenho demonstrados nas exigentes e responsáveis tarefas relacionadas com as reuniões de câmara.

Uma palavra de gratidão imensa ao meu condutor Jorge Marques. Qualidades como a pontualidade, a condução irrepreensível, a disponibilidade permanente e a lealdade ficarão para sempre registadas na minha memória.

Agradeço ainda de forma muito especial ao pessoal do meu gabinete de apoio à Dr.<sup>a</sup> Odete Cabral, à Dr.<sup>a</sup> Verónica Almeida e à Ana Couto Melo, pela disponibilidade, lealdade, competência e amizade que incansavelmente me prestaram.

Foi uma honra e um gosto trabalhar com todos vocês.

Desejo à minha sucessora os maiores sucessos no exercício das suas novas funções. Não tenho dúvidas que a Dr.<sup>a</sup> Cristina Calisto Decq Mota é a pessoa mais bem preparada para me suceder na presidência da autarquia da Lagoa. É uma excelente gestora, com larga experiência na gestão municipal, simples no trato pessoal, competente e eticamente irrepreensível.

Estou certo que deixo a Lagoa em boas mãos!

Por várias vezes já referi que o cargo de autarca é um desafio intenso que exige uma permanente exposição. É uma tarefa exigente, sem horários, absorvente e apaixonante, que pode ser tão cansativa e desgastante quanto gratificante e honrosa. Para mim foi uma grande honra servir a Lagoa e os lagoenses nestes últimos 10 anos.

Quero por isso agradecer aos lagoenses o apoio que tive, de forma muito expressiva, bem como a amizade e carinho que me dispensaram ao longo de 10 anos. Foi, até agora, o maior privilégio da minha vida, ter a honra de ter estado ao serviço da minha Lagoa e dos lagoenses. Sou realista e sei que na política é impensável agradar a todos. Mas também sinto que fiz tudo o que estive ao meu alcance para desenvolver e melhorar o meu concelho e a minha cidade. Este não é um tempo de lamentos, muito menos de despedidas. É um tempo para estar reconhecido, como sempre estive, por ter tido a honra e o orgulho em ter servido a minha terra.

Podem continuar a contar comigo!

A todos um muito obrigado e um bem-haja por tudo!”

O Deputado Municipal Rui Meneses aproveitou a oportunidade para agradecer ao Presidente da Câmara Municipal todo o tempo de convivência. Assim, em seu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do PSD e CDS-PP, agradeceu todo o trabalho desenvolvido em prol do concelho da Lagoa. Agradeceu, igualmente, as compreensões e as incompreensões, mas a política era mesmo assim, contudo o balanço era positivo, desejando as maiores felicidades no exercício das novas funções que iria assumir e esperava que levasse a bom porto o novo desafio, à semelhança do que tinha feito pela Lagoa.

Desejou, igualmente, as maiores felicidades para a nova Presidente da Autarquia, fazendo votos que executasse um bom trabalho.

O Deputado Municipal Frederico Sousa interveio e informou que subscrevia na íntegra as últimas palavras do Deputado Municipal Rui Meneses, nomeadamente o facto do Eng. João Ponte ter levado a bom porto o concelho da Lagoa, desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das novas funções, bem como, à Vice-Presidente da Câmara Municipal que iria assumir a presidência do Município.

Aproveitou a oportunidade para informar que na próxima sessão da Assembleia Municipal iria ser presente uma iniciativa, como forma de homenagear o trabalho executado pelo Eng. João Ponte, enquanto autarca.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Gilberto Borges que referiu que, apesar de já ter transmitido pessoalmente ao senhor Presidente da Câmara Municipal as suas felicitações e agradecimento, não poderia deixar de agradecer publicamente, em nome da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, toda a colaboração que, durante o seu mandato tinha dado não só àquela Junta de Freguesia, como às restantes Juntas de Freguesia do Concelho, desejando, igualmente, as maiores felicidades no novo cargo,

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que também gostaria de expressar algumas palavras sobre o assunto. Assim sublinhou que aquela sessão ficaria marcada por ser a última com a presença do senhor Eng. João Ponte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

Acrescentou que o Eng. João Ponte cessava as suas funções de Presidente da Câmara, no final do mês, para abraçar um novo desafio profissional, de âmbito regional, como já era do conhecimento público. Após dez anos de trabalho árduo, abnegado e constante e, apesar das inúmeras adversidades, deixava um concelho muito mais moderno e muito mais desenvolvido. Decerto, que o trabalho realizado tinha sido fruto de uma vasta equipa, mas só tinha sido possível com uma liderança forte, um rumo bem traçado e objetivos bem definidos. Por isso, atualmente, o concelho de Lagoa estava diferente.

Salientou o facto de que todos sabiam que o Eng. João Ponte assumia os cargos públicos que ocupava não só como um serviço, mas sobretudo como uma missão, por isso, apraz, em seu nome e em nome daquele Órgão, agradecer todo o trabalho, a dedicação e o empenho demonstrados, ao longo dos últimos dez anos, desejando-lhe os melhores sucessos pessoais e profissionais no cumprimento da sua nova missão, em prol da Região e de todos os açorianos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu todas as palavras que lhe foram dirigidas e não escondeu que gostou de ser Presidente da Câmara Municipal, tendo sido uma satisfação e uma grande honra ter estado ao serviço do concelho.

Acrescentou, ainda, que não tinham sido dez anos fáceis, mas foram dez anos de muito trabalho, dedicação e de grandes transformações no poder local. Tinha a consciência que nem sempre tinha feito tudo bem e, se voltasse atrás certamente, não faria tudo exatamente igual.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Não se observou nenhuma intervenção.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma hora e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---